

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

34.ª edição
*revista, atualizada
e ampliada*





Sumário

Capítulo 1	Direito Administrativo e Administração Pública.....	1
I.	Introdução.....	1
1.	O Estado.....	1
2.	Poderes e Funções.....	2
3.	Função Administrativa.....	4
4.	Federação.....	5
4.1.	Características.....	6
4.2.	Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	6
5.	Direito Administrativo.....	7
5.1.	Breve Introdução.....	7
5.2.	Conceito.....	8
5.3.	Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	9
II.	Administração Pública: Sentidos.....	11
1.	Sentido Objetivo.....	11
2.	Sentido Subjetivo.....	12
III.	Órgãos Públicos.....	12
1.	Introdução.....	12
2.	A Relação Órgão/Pessoa.....	13
2.1.	Característica Básica.....	13
2.2.	Criação e Extinção.....	13
3.	Teorias de Caracterização do Órgão.....	15
4.	Conceito.....	16
5.	Capacidade Processual.....	16
6.	Classificação.....	17
IV.	Agentes Públicos.....	18
V.	Princípios Administrativos.....	19
1.	Princípios Expressos.....	20
1.1.	Princípio da Legalidade.....	20
1.2.	Princípio da Impessoalidade.....	21
1.3.	Princípio da Moralidade.....	22
1.4.	Princípio da Publicidade.....	26
1.5.	Princípio da Eficiência.....	31

2.	Princípios Reconhecidos.....	35
2.1.	Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	35
2.2.	Princípio da Autotutela.....	37
2.3.	Princípio da Indisponibilidade.....	38
2.4.	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	38
2.5.	Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	39
2.6.	Princípio da Precaução.....	42
3.	O Princípio da Razoabilidade.....	43
4.	O Princípio da Proporcionalidade.....	45
VI.	Súmulas.....	46
Capítulo 2 Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.....		47
I.	Introdução.....	47
II.	Uso e Abuso de Poder.....	48
1.	Uso do Poder.....	48
2.	Poder-Dever de Agir.....	48
3.	Abuso do Poder.....	50
3.1.	Sentido.....	50
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	50
3.3.	Efeitos.....	51
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade.....	52
3.5.	Abuso de Autoridade.....	53
III.	Poderes Administrativos.....	54
1.	Conceito.....	54
2.	Modalidades.....	54
2.1.	Poder Discricionário.....	54
2.2.	Poder Regulamentar.....	61
2.3.	Poder de Polícia.....	69
IV.	Deveres dos Administradores Públicos.....	69
1.	Dever de Probidade.....	69
2.	Dever de Prestar Contas.....	71
3.	Dever de Eficiência.....	72
V.	Hierarquia e Disciplina.....	73
1.	Hierarquia.....	73
1.1.	Efeitos.....	73
1.2.	Subordinação e Vinculação.....	74
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais.....	75
2.	Disciplina Funcional.....	76
2.1.	Sentido.....	76
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	76
2.3.	Procedimento de Apuração.....	77
Capítulo 3 Poder de Polícia.....		79
I.	Introdução.....	79
II.	Sentido Amplo e Estrito.....	80
III.	Conceito.....	80

IV.	Poder de Polícia no Direito Positivo	81
V.	Competência	82
VI.	Poder de Polícia Originário e Delegado	83
VII.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	87
VIII.	Fundamentos	88
IX.	Finalidade	88
X.	Âmbito de Incidência	89
XI.	Atuação da Administração	89
	1. Atos Normativos e Concretos	89
	2. Determinações e Consentimentos Estatais	89
	3. Atos de Fiscalização	91
XII.	Limites	91
XIII.	Características	92
	1. Discricionariedade e Vinculação	92
	2. Autoexecutoriedade	93
	3. Coercibilidade	95
XIV.	Legitimidade da Polícia Administrativa	96
	1. Requisitos Gerais de Validade	96
	2. Princípio da Proporcionalidade	96
XV.	Sanções de Polícia	98
XVI.	Súmulas	101
Capítulo 4 Ato Administrativo		103
I.	Introdução	103
	1. Fatos Administrativos	103
	2. Atos da Administração	104
	3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos	105
II.	Conceito	106
	1. Sujeitos da Manifestação de Vontade	108
	2. Regime Jurídico de Direito Público	108
	3. Silêncio Administrativo	109
III.	Elementos	112
	1. Competência	113
	1.1. Sentido	113
	1.2. Fonte	113
	1.3. Características	114
	1.4. Critérios Definidores da Competência	114
	1.5. Delegação e Avocação	115
	2. Objeto	116
	2.1. Sentido	116
	2.2. Requisitos de Validade	116
	2.3. Discricionariedade e Vinculação	117
	3. Forma	117
	3.1. Sentido	117
	3.2. Requisito de Validade	118

3.3.	Princípio da Solenidade.....	118
4.	Motivo	119
4.1.	Sentido	119
4.2.	Discricionariedade e Vinculação	120
4.3.	Motivo e Motivação.....	120
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	125
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	125
5.	Finalidade	127
5.1.	Sentido	127
5.2.	Finalidade e Objeto	128
IV.	Características.....	128
1.	Imperatividade	128
2.	Presunção de Legitimidade.....	129
3.	Autoexecutoriedade	129
V.	Mérito Administrativo.....	131
1.	Sentido.....	131
2.	Vinculação e Discricionariedade	132
3.	Controle do Mérito.....	132
VI.	Formação e Efeitos.....	134
1.	Perfeição.....	134
2.	Eficácia	134
3.	Exequibilidade.....	135
4.	Validade	135
VII.	Classificação.....	136
1.	Crítério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	136
2.	Crítério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão.....	137
3.	Crítério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários	137
4.	Crítério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	138
5.	Crítério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos	139
6.	Crítério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis	140
7.	Crítério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios	140
VIII.	Espécies	141
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização	142
1.1.	Decretos e Regulamentos	142
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos.....	143
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	144
1.4.	Alvarás.....	145
1.5.	Ofícios	145
1.6.	Pareceres.....	145
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações	147
1.8.	Despachos.....	148
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	149
2.1.	Licença.....	149
2.2.	Permissão	151

2.3.	Autorização.....	153
2.4.	Admissão	155
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto	155
2.6.	Atos Sancionatórios	156
2.7.	Atos Funcionais.....	158
IX.	Procedimento Administrativo	159
X.	Extinção dos Atos Administrativos.....	160
1.	Extinção Natural	160
2.	Extinção Subjetiva.....	160
3.	Extinção Objetiva.....	161
4.	Caducidade	161
5.	Desfazimento Volitivo.....	161
XI.	Invalidação (ou Anulação)	162
1.	Teoria das Nulidades	162
1.1.	Introdução.....	162
1.2.	As Nulidades no Direito Privado	162
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	163
1.4.	A Terminologia Adotada	164
2.	Conceito e Pressuposto.....	164
3.	Quem Pode Invalidar.....	165
4.	Dever de Invalidar	167
5.	Autotutela e Contraditório	169
6.	Efeitos	171
7.	Convalidação.....	173
XII.	Revogação.....	175
1.	Conceito	175
2.	Pressuposto.....	176
3.	Fundamento	177
4.	Origem	177
5.	Efeitos	177
6.	Inocorrência.....	178
7.	Revogação da Revogação.....	179
XIII.	Súmulas.....	180
Capítulo 5 Contratos Administrativos.....		181
I.	Introdução.....	181
II.	Contratos da Administração	181
1.	Contratos Privados da Administração.....	182
2.	Contratos Administrativos	182
III.	Conceito	183
IV.	Disciplina Normativa.....	183
1.	Disciplina Constitucional.....	183
2.	Disciplina Legal.....	184
V.	Sujeitos do Contrato	185
1.	Cenário Geral.....	185
2.	Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	186

VI.	Características.....	188
1.	A Relação Contratual.....	188
2.	A Posição Preponderante da Administração.....	188
3.	O Sujeito Administrativo e o Objeto.....	189
VII.	Espécies.....	189
1.	Contratos de Obras.....	190
1.1.	Sentido.....	190
1.2.	Condições Específicas de Contratação.....	190
1.3.	Regimes de Execução.....	191
2.	Contratos de Serviços.....	192
2.1.	Serviços de Publicidade.....	194
3.	Contratos de Fornecimento (ou Compras).....	195
4.	Contratos de Concessão e de Permissão.....	196
5.	Alienações e Locações.....	198
6.	Outras Espécies.....	200
VIII.	Cláusulas de Privilégio.....	201
1.	Sentido.....	201
2.	Alteração Unilateral.....	202
3.	Rescisão Unilateral.....	204
3.1.	Motivos.....	204
3.2.	Efeitos.....	205
3.3.	A Exceção de Contrato Não Cumprido.....	205
4.	Sanções Extracontratuais.....	207
IX.	Equação Econômico-Financeira.....	207
1.	Sentido.....	207
2.	Efeitos.....	208
3.	Reajuste e Revisão.....	208
X.	Formalização.....	210
1.	Instrumento.....	210
2.	Solenidades.....	210
3.	Cláusulas Essenciais.....	211
4.	Garantias.....	211
XI.	Duração do Contrato.....	212
XII.	Prorrogação do Contrato.....	214
XIII.	Renovação do Contrato.....	215
XIV.	Execução e Inexecução do Contrato.....	216
1.	Execução.....	216
2.	Inexecução Culposa.....	216
3.	Inexecução Sem Culpa.....	221
3.1.	Teoria da Imprevisão.....	221
3.2.	O Fato do Príncipe.....	222
3.3.	Caso Fortuito e Força Maior.....	223
XV.	Extinção do Contrato.....	224
1.	Cumprimento do Objeto.....	224
2.	Término do Prazo.....	224
3.	Impossibilidade Material ou Jurídica.....	225
4.	Invalidação.....	225

5.	Rescisão	227
5.1.	Rescisão Amigável	227
5.2.	Rescisão Judicial	227
5.3.	Rescisão Administrativa.....	228
5.4.	Rescisão por Arbitragem.....	229
XVI.	Sanções Administrativas.....	230
XVII.	Crimes e Penas.....	233
XVIII.	Convênios Administrativos.....	234
XIX.	Consórcios Públicos.....	238
XX.	Súmulas.....	245
Capítulo 6	Licitação	247
I.	Introdução.....	247
II.	Conceito.....	248
III.	Natureza Jurídica.....	248
IV.	Disciplina Normativa.....	249
1.	Disciplina Constitucional.....	249
2.	Disciplina Legal.....	250
V.	Destinatários	251
VI.	Fundamentos.....	253
1.	Moralidade Administrativa.....	253
2.	Igualdade de Oportunidades	253
VII.	Objeto	254
VIII.	Princípios.....	255
1.	Princípios Básicos.....	255
1.1.	Princípio da Legalidade.....	255
1.2.	Princípios da Moralidade e da Impessoalidade	255
1.3.	Princípio da Igualdade	256
1.4.	Princípio da Publicidade.....	256
1.5.	Princípio da Proibição Administrativa	257
1.6.	Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	257
1.7.	Princípio do Julgamento Objetivo	258
2.	Princípios Correlatos.....	258
IX.	Dispensa de Licitação	263
1.	Introdução.....	263
2.	Critério de Valor.....	264
3.	Situações Excepcionais.....	265
4.	Gêneros Perecíveis e Obras de Arte.....	266
5.	Desinteresse na Contratação	267
6.	Entidades Sem Fins Lucrativos.....	268
7.	Disparidade de Propostas	270
8.	Intervenção no Domínio Econômico	271
9.	Complementação do Objeto.....	271
10.	Pessoas Administrativas.....	272
11.	Locação e Compra de Imóvel	273
12.	Negócios Internacionais	274

13.	Pesquisa e Desenvolvimento.....	274
14.	Energia Elétrica.....	275
15.	Transferência de Tecnologia.....	276
16.	Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação.....	277
17.	Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas.....	278
18.	Peças no Período de Garantia Técnica.....	279
19.	Materiais de Uso Militar.....	280
20.	Catadores de Materiais Recicláveis.....	281
21.	Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	282
22.	Produtos Estratégicos para o SUS.....	282
23.	Programa de Cisternas e Acesso à Água.....	283
X.	Inexigibilidade de Licitação.....	283
1.	Fornecedor Exclusivo.....	284
2.	Atividades Artísticas.....	285
3.	Serviços Técnicos Especializados.....	286
XI.	Modalidades.....	287
1.	Concorrência.....	287
1.1.	Sentido.....	287
1.2.	Tipos.....	288
1.3.	Características.....	288
2.	Tomada de Preços.....	289
2.1.	Sentido.....	289
2.2.	Registros Cadastrais.....	289
2.3.	Características.....	290
3.	Convite.....	291
4.	Concurso.....	292
5.	Leilão.....	293
XII.	Procedimento.....	294
1.	Formalização.....	294
2.	Edital.....	295
3.	Habilitação.....	297
4.	Procedimento Seletivo.....	303
4.1.	Normas Gerais.....	303
4.2.	Julgamento da Habilitação.....	304
4.3.	Julgamento das Propostas.....	304
4.4.	Fatores e Critérios de Julgamento.....	305
4.5.	Tipos de Licitação.....	305
4.6.	Classificação.....	306
5.	Resultados e Efeitos.....	307
6.	Homologação e Adjudicação.....	309
7.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	311
XIII.	Anulação.....	313
XIV.	Revogação.....	315
XV.	Recursos Administrativos.....	316
XVI.	Infrações Administrativas, Crimes e Penas.....	318
XVII.	O Pregão: Nova Modalidade.....	321
1.	Introdução.....	321

2.	Âmbito de Incidência.....	321
3.	Complementaridade da Disciplina	322
4.	Facultatividade na Adoção	322
5.	Característica Básica e Modalidades	323
6.	Objeto da Contratação	324
7.	Fase Interna.....	326
8.	Fase Externa	326
9.	Convocação.....	327
10.	Sessão	328
11.	Julgamento das Propostas.....	329
12.	Análise da Habilitação	331
13.	Classificação Final e Recursos	331
14.	Adjudicação e Homologação	332
15.	Vedações	333
16.	Sanções.....	333
17.	Desfazimento	333
18.	Formalização e Controle	334
XVIII.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	334
XIX.	Serviços de Publicidade	337
Capítulo 7	Serviços Públicos.....	339
I.	Introdução	339
II.	Conceito	340
III.	Características	341
1.	Sujeito Estatal	341
2.	Interesse Coletivo	342
3.	Regime de Direito Público	342
IV.	Classificação.....	343
1.	Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	343
2.	Serviços Administrativos e de Utilidade Pública	344
3.	Serviços Coletivos e Singulares.....	344
4.	Serviços Sociais e Econômicos.....	345
V.	Titularidade	346
1.	Competência	346
2.	Regulamentação.....	349
3.	Controle	350
VI.	Princípios.....	350
1.	Princípio da Generalidade.....	351
2.	Princípio da Continuidade.....	351
3.	Princípio da Eficiência	355
4.	Princípio da Modicidade.....	356
VII.	Remuneração	357
VIII.	Usuários.....	361
1.	Direitos	361
2.	Deveres	364
IX.	Execução do Serviço	364

1.	Execução Direta.....	364
2.	Execução Indireta.....	365
2.1.	Noção.....	365
2.2.	Descentralização.....	365
2.2.1.	Delegação Legal.....	367
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	367
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	368
3.1.	Desestatização e Privatização.....	369
3.2.	Gestão Associada.....	373
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	374
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	375
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	376
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	380
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	384
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	392
X.	Súmulas.....	393

Capítulo 8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos 395

I.	Introdução.....	395
II.	Fontes Normativas.....	396
1.	Fonte Constitucional.....	396
2.	Fonte Infraconstitucional.....	397
III.	Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum).....	398
1.	Modalidades.....	398
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	398
2.1.	Conceito.....	398
2.2.	Objeto.....	399
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	400
3.1.	Nomenclatura.....	400
3.2.	Conceito.....	401
3.3.	Objeto.....	401
4.	Natureza Jurídica.....	402
4.1.	O Caráter Contratual.....	402
4.2.	Concessão e Permissão.....	404
5.	A Relação Contratual.....	405
6.	A Supremacia do Concedente.....	405
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	405
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	406
9.	Exigência de Licitação.....	407
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade.....	407
9.2.	Modalidade Licitatória.....	408
9.3.	O Edital.....	409
9.4.	Critérios de Julgamento.....	409
9.5.	Fatores de Desclassificação.....	410
9.6.	Participação de Empresas Estatais.....	411
10.	Mutabilidade.....	411

11. Política Tarifária.....	413
12. Análise do Pacto de Concessão	418
12.1. Autorização Legal.....	418
12.2. Cláusulas Essenciais	419
12.3. A Responsabilidade do Concessionário.....	421
12.4. Transferência de Encargos.....	423
12.5. Alteração do Concessionário.....	423
12.6. Cessão de Créditos Operacionais	424
13. Encargos do Concedente	425
13.1. Fiscalização	425
13.2. Intervenção na Propriedade Privada.....	426
13.3. Outros Encargos Pertinentes.....	427
14. Encargos do Concessionário.....	427
14.1. O Serviço Adequado.....	428
14.2. Transparência na Execução.....	428
14.3. As Contratações do Concessionário	429
15. Direitos e Obrigações dos Usuários	429
16. Prazo da Concessão	432
17. Intervenção na Concessão.....	433
17.1. Sentido	433
17.2. Procedimento	433
18. Extinção	435
18.1. Termo Final do Prazo.....	435
18.2. Anulação	435
18.3. Rescisão.....	436
18.4. Caducidade.....	437
18.5. Encampação.....	439
18.6. Falência e Extinção da Concessionária	440
19. Reversão	440
20. Concessões Anteriores	442
21. Controle dos Serviços Concedidos.....	444
22. Concessão Florestal	445
IV. Permissão de Serviços Públicos.....	447
1. Conceito e Objeto	447
2. Natureza Jurídica	447
3. Diferença entre Concessão e Permissão	448
4. A Permissão Condicionada	450
5. Referências Constitucionais	451
6. Responsabilidade Civil	452
7. Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões.....	452
8. Extinção	453
8.1. Termo Final do Prazo.....	453
8.2. Anulação.....	454
8.3. Encampação.....	454
8.4. Caducidade.....	455
8.5. Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	455
9. Permissão lotérica	456
V. Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas)	456

1.	Introdução.....	456
2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	458
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	460
4.	Objeto.....	461
5.	Características e Diretrizes.....	463
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações.....	464
7.	Contraprestação e Garantias.....	467
8.	Sociedade de Propósito Específico.....	471
9.	Licitações.....	472
9.1.	Introdução.....	472
9.2.	Modalidade e Condições.....	473
9.3.	Edital.....	474
9.4.	Procedimento.....	476
VI.	Autorização.....	477
VII.	Súmulas.....	482
Capítulo 9	Administração Direta e Indireta.....	483
I.	Noções Introdutórias.....	483
1.	Federação e Autonomia.....	483
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa.....	484
3.	Administração Pública.....	485
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização.....	485
5.	Princípios Regedores da Administração Pública.....	486
II.	Administração Direta.....	487
1.	Conceito.....	487
2.	Natureza da Função.....	487
3.	Abrangência.....	488
4.	Composição.....	488
5.	Contrato de Desempenho.....	489
5.1.	Introdução.....	489
5.2.	Lei Regulamentadora.....	490
5.3.	Contrato de Desempenho.....	490
5.4.	Natureza Jurídica.....	491
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual.....	491
5.6.	Finalidades.....	492
5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais.....	492
5.8.	Cláusulas Obrigatórias.....	493
5.9.	Obrigações das Partes.....	493
5.10.	Suspensão e Rescisão.....	493
III.	Administração Indireta.....	494
1.	Conceito.....	494
2.	Natureza da Função.....	494
3.	Abrangência.....	495
4.	Composição.....	495
5.	Administração Fundacional.....	496
6.	Entidades Paraestatais.....	497
7.	Princípios da Administração Indireta.....	499

7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	499
7.2.	Princípio da Especialidade.....	500
7.3.	Princípio do Controle.....	501
8.	Categorias Jurídicas.....	502
IV.	Autarquias.....	503
1.	Introdução.....	503
1.1.	Terminologia.....	503
1.2.	Autarquia e Autonomia.....	503
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	504
2.	Conceito.....	504
3.	Referências Normativas.....	505
4.	Personalidade Jurídica.....	505
5.	Criação, Organização e Extinção.....	506
6.	Objeto.....	507
7.	Classificação.....	508
7.1.	Quanto ao Nível Federativo.....	508
7.2.	Quanto ao Objeto.....	509
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial).....	512
8.	Agências Reguladoras.....	512
8.1.	Considerações Iniciais.....	512
8.2.	Criação das Agências.....	513
8.3.	Origens.....	514
8.4.	Disciplina Normativa.....	515
8.5.	Poder Regulatório.....	515
8.6.	Natureza Jurídica.....	516
8.7.	Características Especiais.....	516
8.8.	Poder Normativo Técnico.....	517
8.9.	Autonomia Decisória.....	518
8.10.	Autonomia Administrativa.....	519
8.11.	Autonomia Financeira.....	520
8.12.	Teoria da Captura.....	521
8.13.	Prestação de Contas e Controle Social.....	521
8.14.	Ouvidoria.....	522
8.15.	Articulação das Agências.....	522
8.16.	Regime Jurídico dos Servidores.....	523
9.	Agências Executivas.....	523
10.	Associações Públicas.....	525
11.	Aspectos Especiais das Autarquias.....	525
11.1.	Patrimônio.....	525
11.2.	Pessoal.....	526
11.3.	Controle judicial.....	527
11.4.	Foro dos litígios judiciais.....	528
11.5.	Atos e contratos.....	529
11.6.	Responsabilidade civil.....	530
11.7.	Prerrogativas autárquicas.....	530
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	532
1.	Introdução.....	532
2.	Referências Normativas.....	533

3.	Conceito	533
4.	Personalidade Jurídica.....	534
5.	Instituição e Extinção	535
6.	Subsidiárias	536
	6.1. Pessoas Subsidiárias	536
	6.2. Sociedades de Mera Participação do Estado	537
7.	Objeto.....	538
8.	Regime Jurídico.....	540
	8.1. Hibridismo.....	540
	8.2. Regime Constitucional.....	540
	8.3. Regime Legal.....	541
	8.4. Regime Estatutário	542
9.	Regime Tributário	543
10.	Função Social.....	545
11.	Diferença entre as Entidades	545
	11.1. Constituição do Capital	545
	11.2. Forma Jurídica	546
	11.3. Foro Processual	547
12.	Patrimônio.....	547
13.	Pessoal.....	549
14.	Falência e Execução	551
	14.1. Falência.....	551
	14.2. Execução.....	552
15.	Responsabilidade Civil	554
16.	Governança Corporativa.....	554
	16.1. Sentido	554
	16.2. Transparência.....	555
	16.3. Estrutura e Gestão de Riscos.....	556
17.	Controle.....	556
	17.1. Controle Externo	556
	17.2. Controle Interno	557
	17.3. Arbitragem.....	558
18.	Participantes do Sistema	558
	18.1. Acionista Controlador	558
	18.2. Administradores	559
	18.3. Conselho de Administração.....	559
	18.4. Membro Independente	560
	18.5. Diretoria	561
	18.6. Comitê de Auditoria Estatutário	561
	18.7. Conselho Fiscal.....	561
19.	Atos Jurídicos	563
20.	Licitações.....	563
	20.1. Microsistema e Aplicabilidade.....	563
	20.2. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	564
	20.2.1. Exigibilidade de Licitação	564
	20.2.2. Dispensas Específicas.....	564
	20.2.3. Dispensas Genéricas.....	565
	20.2.4. Inexigibilidade	565

	20.2.5. Requisitos Comuns	566
	20.3. Disposições Gerais	566
	20.3.1. Regulamentos Internos.....	566
	20.3.2. Princípios e Diretrizes.....	566
	20.3.3. Aspectos Especiais	567
	20.4. Obras e Serviços.....	567
	20.5. Aquisição de Bens.....	568
	20.6. Alienação de Bens.....	569
	20.7. Procedimento Licitatório	569
	20.8. Procedimentos Auxiliares	570
	21. Contratos.....	571
	21.1. Natureza dos Contratos.....	571
	21.2. Formalização	571
	21.3. Alteração dos Contratos.....	572
	21.4. Sanções Administrativas	572
VI.	Fundações Públicas	573
	1. Introdução.....	573
	2. A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	574
	2.1. Conceito no Decreto-lei nº 200/1967	578
	2.2. O Tratamento da Matéria	579
	3. Característica fundamental	579
	4. Objeto.....	580
	5. Criação e Extinção	581
	6. Regime Jurídico.....	582
	6.1. Prerrogativas	582
	6.2. Privilégios Tributários	583
	7. Patrimônio.....	583
	8. Pessoal.....	583
	9. Controle.....	584
	9.1. Controle Institucional	584
	9.2. Controle do Ministério Público.....	585
	9.3. Controle Judicial	586
	10. Foro dos Litígios	586
	11. Atos e Contratos.....	587
	12. Responsabilidade Civil	587
VII.	Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado.....	588
	1. Introdução.....	588
	2. Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	588
	2.1. Sentido	588
	2.2. Natureza Jurídica.....	589
	2.3. Criação.....	589
	2.4. Objeto.....	589
	2.5. Recursos Financeiros.....	591
	2.6. Ausência de Fins Lucrativos	592
	2.7. Controle.....	592
	2.8. Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	593
	2.9. Privilégios Tributários	596
	3. Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	598

VIII.	Súmulas	598
Capítulo 10	Responsabilidade Civil do Estado	601
I.	Introdução	601
	1. Responsabilidade. Noção Jurídica	601
	1.1. Tipos de Responsabilidade	601
	2. Responsabilidade Civil	602
	3. O Dano e a Indenização	603
	4. Os Sujeitos do Cenário	603
II.	Evolução	604
	1. A Irresponsabilidade do Estado	604
	2. Teoria da Responsabilidade com Culpa	604
	3. Teoria da Culpa Administrativa	605
	4. Teoria da Responsabilidade Objetiva	605
	5. Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo ...	606
III.	Direito Brasileiro	607
	1. Código Civil	607
	2. Constituição Federal	608
	3. Análise dos Elementos Constitucionais	609
	3.1. Pessoas Responsáveis	609
	3.2. Agentes do Estado	612
	3.3. A Duplicidade de Relações Jurídicas	613
IV.	Aplicação da Responsabilidade Objetiva	613
	1. Pressupostos	613
	2. Ônus da Prova: Inversão	615
	3. Participação do Lesado	616
	4. Fatos Imprevisíveis	617
	5. Atos de Multidões	619
	6. Danos de Obra Pública	620
	7. Condutas Omissivas	620
	8. Responsabilidade Primária e Subsidiária	623
V.	Atos Legislativos	624
	1. Regra Geral	624
	2. Leis Inconstitucionais	626
	3. Leis de Efeitos Concretos	627
	4. Omissão Legislativa	627
VI.	Atos Judiciais	628
	1. Atos Administrativos e Jurisdicionais	628
	2. Condutas Dolosas	629
	3. Condutas Culposas	630
VII.	Reparação do Dano	631
	1. A Indenização	631
	2. Meios de Reparação do Dano	632
	3. Prescrição	632
	4. Sujeito Passivo da Lide	634
	5. Denúnciação à Lide	635

VIII. O Direito de Regresso.....	637
1. Sentido.....	637
2. Meios de Solução.....	637
3. Causa de Pedir.....	638
4. Interesse de Agir.....	638
5. Prescrição.....	639
IX. Súmulas.....	640
Capítulo 11 Servidores Públicos	641
I. Agentes Públicos	641
1. Sentido.....	641
2. Classificação.....	642
2.1. Agentes Políticos.....	642
2.2. Agentes Particulares Colaboradores.....	643
2.3. Servidores Públicos.....	644
3. Agentes de Fato.....	645
II. Servidores Públicos	646
1. Sentido.....	646
2. Características.....	647
3. Classificação.....	648
3.1. Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	648
3.2. Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	648
3.3. Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários	649
III. Regimes Jurídicos Funcionais.....	650
1. Regime Estatutário.....	651
2. Regime Trabalhista.....	653
2.1. Regime de Emprego Público.....	654
3. Regime Especial.....	656
4. Regime Jurídico Único.....	660
5. Terceirização.....	662
IV. Organização Funcional	666
1. Quadro Funcional.....	666
2. Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	667
3. Classificação dos Cargos.....	668
4. Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	671
5. Provimento.....	675
5.1. Tipos de Provimento.....	675
5.2. Formas de Provimento.....	676
6. Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	677
7. Reingresso.....	678
8. Vacância.....	680
9. Direito Adquirido dos Servidores.....	681
10. Cessão de Servidores.....	683
V. Regime Constitucional.....	684
1. Concurso Público.....	685
1.1. Sentido.....	685
1.2. Fundamento.....	687

1.3.	Alcance da Exigência	687
1.4.	Inexigibilidade	690
1.5.	Concurso Interno.....	692
1.6.	Inscrição e Aprovação	693
1.7.	Validade.....	699
1.8.	Precedência na Convocação.....	700
1.9.	Sanção	701
1.10.	Resultado do Concurso.....	701
1.11.	Invalidação do Concurso.....	704
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica	707
2.	Acessibilidade	708
2.1.	Sentido	708
2.2.	Incidência	709
2.3.	Requisitos de Acesso	710
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência	713
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo	715
2.4.	Sexo e Idade	718
2.5.	Exame Psicotécnico.....	721
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	723
2.7.	Direito à amamentação	724
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	724
3.1.	Regra Geral.....	724
3.2.	Situações de Permissividade	726
3.3.	Efeitos.....	730
3.4.	Ingresso em Nova Carreira	731
3.5.	Convalidação Constitucional.....	733
4.	Estabilidade.....	733
4.1.	Noção do Instituto	733
4.2.	Estabilização Constitucional.....	735
4.3.	Estágio Probatório	737
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	739
4.5.	Demissão e Exoneração.....	740
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	743
4.7.	Servidores Trabalhistas	744
4.8.	Vitaliciedade	747
5.	Regime Previdenciário.....	748
5.1.	Previdência do Servidor Público	748
5.1.1.	Sentido	748
5.1.2.	Regimes de Previdência	749
5.1.3.	Abrangência do regime próprio.....	749
5.1.4.	Regulamentação do regime próprio.....	750
5.1.5.	Unicidade de regimes e de gestão	751
5.1.6.	Regime de outros agentes.....	751
5.1.7.	Ocupantes exclusivos de cargos em comissão	752
5.2.	Contributividade	753
5.2.1.	Introdução	753
5.2.2.	Contributividade.....	753
5.2.3.	Contribuições	754

5.2.4.	Alíquotas de contribuição.....	754
5.2.5.	Aposentados e pensionistas	755
5.2.6.	Solidariedade no regime previdenciário	755
5.2.7.	Base de contribuição	756
5.3.	Fundos previdenciários públicos.....	758
5.3.1.	Sentido	758
5.3.2.	Instituição e extinção	758
5.3.3.	Requisitos.....	759
5.3.4.	Descumprimento e responsabilidade.....	759
5.4.	Previdência complementar.....	760
5.4.1.	Aspectos iniciais	760
5.4.2.	Previdência complementar dos servidores	760
5.4.3.	Instituição	761
5.4.4.	Entidades de previdência complementar	761
5.4.5.	Plano de benefícios.....	762
5.4.6.	Ingresso no sistema e opção	763
5.5.	Aposentadoria	763
5.5.1.	Conceito	763
5.5.2.	Natureza jurídica	763
5.5.3.	Prazos extintivos	764
5.5.4.	Aposentadoria punitiva	766
5.5.5.	Regime jurídico.....	766
5.5.6.	Modalidades de aposentadoria	767
5.5.7.	Aposentadoria voluntária	767
5.5.8.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	768
5.5.9.	Aposentadoria compulsória.....	769
5.5.10.	Requisitos e critérios diferenciados.....	770
5.5.11.	Aposentadorias especiais.....	770
5.5.12.	Proventos	772
5.5.13.	Cumulação de proventos	773
5.5.14.	Revisão de proventos.....	775
5.5.15.	Contagem de tempo.....	776
5.5.16.	Direito adquirido.....	778
5.5.17.	Situações transitórias	779
5.5.18.	Desaposentação (renúncia à aposentadoria)	782
5.5.19.	Cassação de aposentadoria.....	784
5.5.20.	Aposentadoria pelo regime geral de previdência	785
5.6.	Pensões	786
5.6.1.	Sentido e natureza jurídica	786
5.6.2.	Disciplina jurídica.....	787
5.6.3.	Contributividade e solidariedade	787
5.6.4.	Base e valor da contribuição	787
5.6.5.	Cálculo da pensão	788
5.6.6.	Incidência normativa.....	788
5.6.7.	Acumulação de pensões.....	789
5.6.8.	Revisão da pensão.....	789
5.6.9.	Prescrição	790
5.7.	PEC Paralela	790

6.	Disponibilidade	793
6.1.	Sentido	793
6.2.	Pressupostos	794
6.3.	Incidência	794
6.4.	Efeitos.....	795
6.5.	A Questão dos Proventos.....	796
7.	Mandato Eletivo	798
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	800
8.1.	Remuneração.....	800
8.1.1.	Remuneração Básica	800
8.1.2.	Vantagens Pecuniárias	803
8.2.	Revisão Remuneratória.....	808
8.3.	Irredutibilidade	811
8.4.	Isonomia	814
8.5.	Vinculação e Teto.....	815
8.6.	Pagamento com Atraso	821
8.7.	Pagamento a Maior	822
9.	Associação Sindical e Direito de Greve.....	823
9.1.	Associação Sindical.....	823
9.2.	Greve	825
10.	Direitos Sociais dos Servidores	830
VI.	Responsabilidade dos Servidores Públicos	833
1.	Responsabilidade Civil	834
2.	Responsabilidade Penal.....	835
3.	Responsabilidade Administrativa	835
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa	837
4.1.	Repercussão na Esfera Civil.....	837
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	838
4.3.	Crimes Funcionais.....	838
4.3.1.	Condenação.....	838
4.3.2.	Absolvição	839
4.4.	Crimes Não Funcionais.....	840
4.4.1.	Condenação.....	840
4.4.2.	Absolvição	841
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	841
VII.	Súmulas.....	841
 Capítulo 12 Intervenção do Estado na Propriedade		845
I.	Introdução.....	845
1.	Breve Histórico.....	845
2.	Propriedade	846
II.	Intervenção do Estado	847
1.	Sentido.....	847
2.	Quadro Normativo Constitucional	847
III.	Competência	848
IV.	Fundamentos.....	849
1.	Supremacia do Interesse Público.....	849

2.	Função Social da Propriedade.....	850
V.	Modalidades.....	852
VI.	Servidão Administrativa.....	852
1.	Sentido e Natureza Jurídica.....	852
2.	Fundamentos.....	853
3.	Objeto.....	854
4.	Formas de Instituição.....	855
5.	Extinção.....	857
6.	Indenização.....	857
7.	Características.....	859
VII.	Requisição.....	859
1.	Sentido.....	859
2.	Fundamentos.....	860
3.	Objeto e Indenização.....	861
4.	Instituição e Extinção.....	861
5.	Características.....	862
VIII.	Ocupação Temporária.....	863
1.	Sentido e Objeto.....	863
2.	Fundamentos.....	864
3.	Modalidades e Indenização.....	864
4.	Instituição e Extinção.....	865
5.	Características.....	866
IX.	Limitações Administrativas.....	866
1.	Sentido.....	866
2.	Natureza Jurídica.....	868
3.	Fundamentos.....	869
4.	Indenização.....	869
5.	Características.....	870
X.	Tombamento.....	870
1.	Sentido.....	870
2.	Fonte Normativa.....	871
3.	Fundamento.....	872
4.	Objeto.....	873
5.	Natureza Jurídica.....	874
6.	Espécies.....	875
7.	Instituição.....	876
7.1.	Desfazimento.....	879
8.	Processo Administrativo.....	879
9.	Efeitos.....	880
10.	Controle.....	882
11.	Outros Instrumentos Protetivos.....	884
XI.	Súmulas.....	885
Capítulo 13 Desapropriação.....		887
I.	Introdução.....	887
II.	Conceito.....	888

III.	Natureza Jurídica	889
IV.	Pressupostos.....	889
V.	Fontes Normativas e Espécies	890
VI.	Objeto	892
	1. Regra Geral	892
	2. Bens Públicos.....	894
	3. Bens de Entidades da Administração Indireta	895
	4. Margens dos Rios Navegáveis	896
VII.	Forma de Aquisição	897
VIII.	Competências	898
	1. Competência Legislativa	898
	2. Competência Declaratória	899
	3. Competência Executória	900
IX.	Destinação dos Bens Desapropriados	902
	1. Regra Geral.....	902
	2. Casos Especiais	902
	2.1. Desapropriação por Zona	903
	2.2. Desapropriação Urbanística	903
	2.3. Desapropriação por Interesse Social.....	904
	2.4. Desapropriação-Confisco	904
X.	Fase Declaratória.....	904
	1. Declaração Expropriatória	905
	2. Conteúdo	905
	3. Formalização	906
	4. Natureza Jurídica	907
	4.1. Controle Judicial	908
	5. Efeitos	908
	6. Caducidade	909
XI.	Fase Executória	911
	1. Via Administrativa	911
	1.1. Alienação por acordo	911
	1.2. Notificação e acordo	912
	2. Via Judicial	913
XII.	Ação de Desapropriação	914
	1. Partes	914
	2. A Pretensão	915
	3. A Contestação	915
	4. Imissão Provisória na Posse	917
	4.1. Permissão Legal	917
	4.2. Pressupostos	918
	4.3. Urgência.....	918
	4.4. Depósito Prévio.....	918
	4.5. Levantamento Parcial do Depósito	919
	5. Prova Pericial.....	920
	6. Intervenção do Ministério Público	921
	7. Sentença.....	922
	8. Transferência da Propriedade.....	923

XIII.	Indenização	924
1.	Regra Geral	924
2.	Situações Especiais	927
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície	927
4.	Juros Moratórios e Compensatórios	930
4.1.	Juros Moratórios	930
4.2.	Juros Compensatórios	933
4.3.	Cumulatividade	934
5.	Atualização Monetária	935
6.	Honorários	936
7.	Direitos de Terceiros	938
XIV.	Desistência da Desapropriação	939
XV.	Desapropriação Indireta	940
1.	Sentido	940
2.	Fundamento	942
3.	Proteção Possessória	943
4.	Ação do Expropriado	943
4.1.	Caracterização	943
4.2.	Natureza e Legitimidade para a Ação	944
4.3.	Foro da Ação	945
4.4.	Prescrição da Ação (Pretensão)	946
4.5.	Acréscimos Indenizatórios	948
4.6.	Despesas Processuais	951
5.	Aposseamento Administrativo	952
XVI.	Direito de Extensão	953
1.	Sentido	953
2.	Fundamento	953
3.	Outros Aspectos	955
3.1.	Admissibilidade	955
3.2.	Oportunidade do Exercício do Direito	955
XVII.	Retrocessão	956
1.	Noção Jurídica	956
2.	Natureza do Direito	957
3.	Aspectos Especiais	959
3.1.	Tredestinação	959
3.2.	Demora na Utilização do Bem	961
3.3.	Prescrição	961
3.4.	Alienação por Acordo	962
XVIII.	Desapropriação Rural	962
1.	Introdução	962
2.	Aspectos Especiais	963
2.1.	Competência	963
2.2.	Função Social Rural	963
2.3.	Indenização	964
2.4.	Inaplicabilidade da Desapropriação	964
3.	Procedimento Expropriatório	965
3.1.	Procedimento Administrativo	966

3.2. Procedimento Judicial.....	968
XIX. Desapropriação Confiscatória	970
XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória	973
XXI. Súmulas	976
Capítulo 14 Atuação do Estado no Domínio Econômico.....	979
I. Introdução.....	979
1. O Liberalismo Econômico	979
2. Modelo Interventivo.....	980
3. Constitucionalização Normativa	981
4. Quadro Normativo	981
II. Ordem Econômica	982
1. Fundamentos.....	982
1.1. Valorização do Trabalho Humano	982
1.2. Liberdade de Iniciativa.....	983
2. Princípios.....	984
3. Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.....	985
III. Formas de Atuação do Estado	987
IV. Estado Regulador	987
1. Sentido.....	987
2. Natureza da Atuação.....	988
3. Competências	989
4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico	990
4.1. Sentido	990
4.2. Formas de Abuso.....	991
4.3. Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i>	992
4.4. Normas e Meios Repressivos	992
5. Controle do Abastecimento.....	995
6. Tabelamento de Preços.....	996
7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	997
V. Estado Executor.....	1000
1. Formas.....	1001
2. Exploração Direta	1001
2.1. Regra Geral.....	1001
2.2. Pressupostos	1003
3. Exploração Indireta.....	1003
3.1. Sentido	1003
3.2. As Empresas do Estado	1004
VI. Monopólio Estatal	1006
1. Sentido.....	1006
2. Natureza Jurídica	1006
3. Monopólio e Privilégio	1007
4. Atividades Monopolizadas	1007
VII. Súmulas.....	1009

Capítulo 15	Controle da Administração Pública	1011
I.	Introdução.....	1011
1.	Controle Político e Controle Administrativo.....	1011
2.	Fundamentos	1012
II.	Controle.....	1013
1.	Sentido.....	1013
2.	Objetivo	1014
3.	Natureza Jurídica	1015
4.	Classificação.....	1015
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador	1015
4.2.	Quanto à Extensão do Controle.....	1016
4.3.	Quanto à Natureza do Controle	1016
4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração.....	1018
4.5.	Quanto à Oportunidade.....	1019
4.6.	Quanto à Iniciativa.....	1019
III.	Controle Administrativo	1020
1.	Sentido.....	1020
2.	Objetivos	1020
3.	Meios de Controle	1021
3.1.	Controle Ministerial	1021
3.2.	Hierarquia Orgânica	1021
3.3.	Direito de Petição	1022
3.4.	Revisão Recursal	1022
3.5.	Controle Social	1023
3.6.	Outros Instrumentos Legais.....	1024
4.	Recursos Administrativos	1025
4.1.	Sentido	1025
4.2.	Fundamentos e Objetivo	1026
4.3.	Natureza Jurídica.....	1027
4.4.	Formalização.....	1027
4.5.	Classificação	1028
4.6.	Espécies.....	1030
4.7.	Efeitos.....	1032
4.8.	Exigência de Garantia	1034
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i>	1035
4.10.	Exaustão da Via Administrativa	1037
5.	Coisa Julgada Administrativa	1039
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa)	1040
7.	Processo Administrativo	1043
7.1.	Introdução.....	1043
7.2.	Sentido	1046
7.3.	Classificação	1047
7.4.	Objeto	1048
7.5.	Princípios	1050
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal	1055
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar.....	1060
8.	Arbitragem	1074

9.	Mediação.....	1076
10.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	1077
IV.	Controle Legislativo.....	1081
1.	Sentido e Fundamento.....	1081
2.	Espécies de Controle.....	1082
2.1.	Controle Político.....	1082
2.2.	Controle Financeiro.....	1083
3.	Tribunal de Contas.....	1087
V.	Controle Judicial.....	1092
1.	Sentido.....	1092
2.	Sistemas de Controle.....	1096
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo.....	1096
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição.....	1097
3.	Natureza.....	1098
4.	Oportunidade.....	1098
5.	Atos sob Controle Especial.....	1099
5.1.	Atos Políticos.....	1099
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	1100
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i>	1101
6.	Instrumentos de Controle.....	1103
6.1.	Meios Inespecíficos.....	1103
6.2.	Meios Específicos.....	1103
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública.....	1103
7.1.	Sentido.....	1103
7.2.	Fonte Normativa.....	1104
7.3.	Direitos Pessoais e Reais.....	1105
7.4.	Interrupção e Suspensão.....	1107
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações.....	1108
7.6.	Prescrição Intercorrente.....	1109
7.7.	Apreciação no Processo.....	1110
8.	Mandado de Segurança.....	1111
8.1.	Conceito.....	1111
8.2.	Espécies e Fontes Normativas.....	1111
8.3.	A Tutela.....	1112
8.4.	Impetrante.....	1113
8.5.	Impetrado.....	1114
8.6.	Formas de Tutela.....	1115
8.7.	Descabimento.....	1116
8.8.	Medida Liminar.....	1118
8.9.	Competência.....	1119
8.10.	Prazo.....	1121
8.11.	Sentença e Coisa Julgada.....	1122
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo.....	1123
8.13.	Aspectos Especiais.....	1126
9.	<i>Habeas Corpus</i>	1128
9.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1128
9.2.	Pressupostos Constitucionais.....	1129

9.3.	Espécies.....	1129
9.4.	Constrangimento Ilegal.....	1130
9.5.	Competência.....	1130
10.	Ação Popular.....	1131
10.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1131
10.2.	Bens Tutelados.....	1131
10.3.	Competência.....	1132
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva.....	1132
10.5.	Objeto da Ação.....	1133
10.6.	Liminar.....	1134
10.7.	Sentença e Coisa Julgada.....	1135
11.	Mandado de Injunção.....	1136
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades.....	1136
11.2.	Pressupostos.....	1137
11.3.	Bens Tutelados.....	1138
11.4.	Competência.....	1138
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva.....	1139
11.6.	Liminar.....	1140
11.7.	Procedimento.....	1140
11.8.	Decisão.....	1140
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo.....	1142
12.	<i>Habeas Data</i>	1143
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	1143
12.2.	Bem Tutelado.....	1143
12.3.	Partes.....	1144
12.4.	Competência.....	1144
12.5.	Interesse de Agir.....	1145
12.6.	Pedido.....	1146
12.7.	Procedimento.....	1146
12.8.	Decisão e Recursos.....	1147
13.	Ação Civil Pública.....	1148
13.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1148
13.2.	Bens Tutelados.....	1149
13.3.	Espécies de Tutela.....	1151
13.4.	Partes.....	1151
13.5.	Sentença e Coisa Julgada.....	1153
14.	Ação de Improbidade Administrativa.....	1154
14.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1154
14.2.	A Questão da Competência.....	1156
14.3.	Sujeito Passivo.....	1157
14.4.	Sujeito Ativo.....	1159
14.5.	Tipologia de Improbidade.....	1165
14.6.	Sanções.....	1173
14.7.	Procedimentos Administrativo e Judicial.....	1184
14.8.	Prescrição.....	1192
VI.	O Poder Público em Juízo.....	1195
1.	Capacidade Processual.....	1195
2.	Pessoas Federais.....	1196

3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	1198
4.	Pessoas Municipais	1200
5.	Representação Judicial.....	1200
6.	Particularidades Processuais.....	1202
7.	Despesas Judiciais.....	1208
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	1210
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	1218
1.	Considerações iniciais.....	1218
2.	Valores abstratos e motivação (art. 20).....	1218
3.	Consequências e regularização de condutas (art. 21).....	1219
4.	Gestão complexa e políticas públicas (art. 22)	1220
5.	Nova interpretação ou orientação (art. 23).....	1221
6.	Revisão de validade (art. 24)	1221
7.	Celebração de compromisso (art. 26)	1222
8.	Compensação e compromisso processual (art. 27).....	1223
9.	Responsabilidade pessoal do agente (art. 28).....	1224
10.	Atos normativos e consulta pública (art. 29).....	1225
11.	Segurança jurídica (art. 30).....	1225
VIII.	Súmulas.....	1226
 Capítulo 16 Bens Públicos		 1233
I.	Introdução.....	1233
1.	Domínio Público	1233
2.	Domínio Eminente.....	1234
II.	Conceito.....	1234
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....	1236
IV.	Classificação.....	1239
1.	Quanto à Titularidade	1239
1.1.	Bens Federais	1239
1.2.	Bens Estaduais e Distritais	1240
1.3.	Bens Municipais	1240
2.	Quanto à Destinação.....	1241
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1241
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1241
2.3.	Bens Dominicais	1243
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1244
3.1.	Bens Indisponíveis.....	1244
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis	1244
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1245
V.	Afetação e Desafetação	1245
VI.	Regime Jurídico.....	1247
1.	Alienabilidade Condicionada	1247
2.	Impenhorabilidade	1249
3.	Imprescritibilidade.....	1250
4.	Não Onerabilidade.....	1251
VII.	Aquisição	1252

1.	Introdução.....	1252
2.	Classificação.....	1253
3.	Formas de Aquisição.....	1253
3.1.	Contratos.....	1253
3.2.	Usucapião.....	1254
3.3.	Desapropriação.....	1255
3.4.	Acessão.....	1255
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i>	1256
3.6.	Arrematação.....	1257
3.7.	Adjudicação.....	1257
3.8.	Resgate na Enfiteuse.....	1258
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i>	1258
VIII.	Gestão dos Bens Públicos.....	1260
1.	Sentido.....	1260
2.	Uso dos Bens Públicos.....	1261
3.	Formas de Uso.....	1262
3.1.	Uso Comum.....	1262
3.2.	Uso Especial.....	1263
3.3.	Uso Compartilhado.....	1264
3.4.	Cemitérios Públicos.....	1267
4.	Uso Privativo.....	1269
4.1.	Autorização de Uso.....	1271
4.2.	Permissão de Uso.....	1273
4.3.	Concessão de Uso.....	1275
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso.....	1277
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.....	1280
4.6.	Cessão de Uso.....	1284
4.7.	Formas de Direito Privado.....	1286
IX.	Alienação.....	1291
1.	Considerações Gerais.....	1291
2.	Competência Normativa e Reguladora.....	1292
3.	Instrumentos Comuns.....	1294
3.1.	Venda.....	1294
3.2.	Doação.....	1296
3.3.	Permuta.....	1297
3.4.	Dação em pagamento.....	1298
4.	Instrumentos Específicos.....	1299
4.1.	Concessão de Domínio.....	1299
4.2.	Investidura.....	1300
4.3.	Incorporação.....	1301
4.4.	Retrocessão.....	1301
4.5.	Legitimação de Posse.....	1301
4.6.	Legitimação fundiária.....	1302
X.	Espécies de Bens Públicos.....	1303
1.	Terras Devolutas.....	1303
2.	Terrenos de Marinha.....	1306
3.	Terrenos Acrescidos.....	1309
4.	Terrenos Reservados.....	1309

5.	Terras Ocupadas pelos Índios.....	1310
6.	Plataforma Continental.....	1311
7.	Ilhas.....	1311
8.	Faixa de Fronteiras.....	1314
9.	Subsolo e Riquezas Minerais.....	1316
XI.	Águas Públicas.....	1317
XII.	Súmulas.....	1320
Índice Remissivo		1323
Referências Bibliográficas		1343